



ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S.A. E CONTROLADAS

Em Recuperação Judicial
CNPJ nº 07.699.082/0001-53



Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais - R\$)											
Ativo	NE	Controladora		Consolidado		Passivo	NE	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	71.232	73.112	78.571	78.945	Fornecedores	13	7.193	15.190	7.193	17.086
Contas a receber	4	569	508.381	569	508.381	Obrigações trabalhistas		14.324	9.095	14.324	9.095
Estoques	5	17.303	51.496	17.303	51.496	Obrigações tributárias		3.379	6.608	3.379	6.608
Adiantamento a fornecedores		873	3.772	873	3.772	Adiantamentos de clientes	4	2.623	32.606	2.623	32.606
Tributos a recuperar	6	9.174	10.538	9.174	10.538	Outras contas a pagar		-	471	-	471
Despesas antecipadas		465	411	465	411	Total do passivo circulante		27.519	63.970	27.519	65.866
Outros créditos	8	224	34	224	34	Não circulante					
Total do ativo circulante		99.840	647.744	107.179	653.577	Fornecedores	13	81.257	96.382	79.486	88.533
Não circulante						Empréstimos e financiamentos	14	408.711	875.209	408.711	875.209
Aplicações financeiras restritas	7	2.942	7.512	2.942	7.512	Adiantamentos de clientes	12	993.738	993.738	-	-
Tributos a recuperar	6	68.658	92.033	68.658	92.033	Obrigações tributárias		9.563	-	9.563	-
Outros créditos	8	10.814	7.933	10.814	7.932	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	33.186	73.684	33.186	73.684
Parte relacionadas	12	18.811	18.811	-	-	Contas a pagar	16	141.296	236.315	141.296	236.315
Investimento em empresas controladas	10	984.037	986.712	-	-	Partes relacionadas	12	850.561	626.463	850.561	626.463
Imobilizado líquido	11	1.394.089	1.378.298	1.394.089	1.378.298	Total do passivo não circulante		2.518.312	2.901.791	1.522.803	1.900.204
Intangível líquido		48	314	48	314	Patrimônio líquido					
Total do ativo não circulante		2.479.399	2.491.613	1.476.551	1.486.089	Capital social	17.1	2.159.899	2.159.899	2.159.899	2.159.899
Total do ativo		2.579.239	3.139.357	1.583.730	2.139.666	Prejuízos acumulados		(2.234.029)	(2.093.841)	(2.234.029)	(2.093.841)
						Ajuste acumulado de conversão		107.538	107.538	107.538	107.538
						Total do patrimônio líquido		33.408	173.596	33.408	173.596
						Total do passivo e patrimônio líquido		2.579.239	3.139.357	1.583.730	2.139.666
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas											

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais - R\$)				
	Capital Social	Prejuízos	Outros resultados	
	subscrito	acumulados	abrangentes	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	2.159.899	(2.056.750)	107.538	210.687
Prejuízo do exercício	-	(37.091)	-	(37.091)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	2.159.899	(2.093.841)	107.538	173.596
Prejuízo do exercício	-	(140.188)	-	(140.188)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	2.159.899	(2.234.029)	107.538	33.408
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas				

Notas explicativas às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores em milhares de Reais - R\$ exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional - O Estaleiro Atlântico Sul S.A. - Em Recuperação Judicial, ("Companhia" ou "EAS") foi criado em 21 de novembro de 2005. Marco na revitalização da indústria naval brasileira, atua nas áreas de reengenharia, construção, montagem e serviços de assistência pós-vendas incluindo entre outros o fornecimento de peças sobresselentes, serviços de manutenção e reparos de navios, cascos e outros produtos da área naval. (*) Possui capacidade tecnológica para produzir amplo portfólio de navios de até 500 mil Toneladas de Porte Bruto (TPB). (*) Do ponto de vista tecnológico, a Companhia é o único estaleiro do País a figurar no time de plantas navais de 4ª geração a exemplo dos mais modernos estaleiros asiáticos considerados a vanguarda do setor. (*) A Companhia tem equipamentos que estão entre os mais modernos do segmento a exemplo de pórticos do tipo Goliath. Cada um destes pórticos possui 100 metros de altura (o equivalente a um prédio de 33 andares), um vão (distância) entre as "pernas" de 164 metros e capacidade de içamento de 1.500 toneladas. Esses pórticos podem operar sincronizados e juntos conseguem movimentar carga de até 2.800 toneladas. (*) A Companhia está localizada no Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - SUAPE, no Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco, o que lhe proporciona condições logísticas privilegiadas em relação ao chamado "Triângulo de Ouro" da indústria de petróleo e gás e a coloca no centro das principais rotas de navegação de cabotagem no Nordeste. (*) Na sua instalação contemplava uma área de 1.565.000m² (atualmente 1.070.000m²) e infraestrutura completa, com acesso direto ao mar, o EAS se tornou o maior estaleiro do Hemisfério Sul e ampliou seu potencial para além da indústria naval desenvolvendo vocação também para implantação de projetos de infraestrutura. (*) Ao se instalar no Nordeste o Estaleiro colaborou ativa e efetivamente para o desenvolvimento econômico e social da região, gerou milhares de empregos em municípios com baixos índices de empregabilidade tais como: Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e atraiu uma poderosa cadeia de negócios formada por fornecedores nacionais e internacionais de bens e serviços que integram o setor. (*) O EAS é o estaleiro que produziu o maior número de navios de grande porte no país tendo concluído em junho de 2019 com sucesso uma carteira de encomendas que incluem 15 navios tanqueiros e 2 plataformas. (*) Nos últimos anos de atividade operacional trabalhou com foco em melhorias e alcançou níveis recordes de produtividade o que repercutiu na entrega antecipada de embarcações com qualidade reconhecida pelo cliente e alçou o Estaleiro a níveis de eficiência comparáveis aos padrões internacionais. (*) Ao longo de sua história e mesmo nos momentos de adversidade a Companhia sempre manteve o seu compromisso com seus clientes, acionistas, credores e colaboradores atuando de forma incansável na busca por níveis crescentes de produtividade através de uma adequada gestão de custo e com preocupação especial com a qualidade de seus produtos e segurança de seus empregados. (*) Fiel aos seus valores sempre manteve um ambiente de trabalho que valorizasse o desenvolvimento de seus colaboradores assegurando oportunidades de crescimento profissional, melhoria da qualidade de vida e promoção de saúde. (*) Não obstante seu histórico de superação a partir de 2015 em decorrência da crise na indústria de petróleo agravada por mudanças drásticas no ambiente regulatório com alteração das premissas e parâmetros que incentivavam a produção nacional de embarcações, o EAS sofreu o cancelamento de contratos e por consequência a redução de suas receitas com efeitos adversos em sua estrutura de capital. (*) Em janeiro de 2020 com o objetivo de solucionar problemas de liquidez e assegurar uma reestruturação coordenada que lhe permitia desenvolver de forma sustentável os seus negócios, endereçar da melhor forma os interesses de seus stakeholders e exercer com plenitude sua função social, o EAS iniciou processo de recuperação judicial. (*) No contexto do processo de reestruturação, operacional e de dívida, a Companhia trabalha na adequação dos seus negócios à nova realidade econômica e de mercado com a diversificação de suas atividades para além da construção naval. Neste sentido a Administração do EAS vêm trabalhando fortemente no desenvolvimento de oportunidades que maximizam as perspectivas de longo prazo da Companhia. (*) Em outubro de 2020 a Companhia executou seu primeiro projeto de reparo naval evidenciando seu esforço em se adequar às exigências do mercado. No final de 2020 o EAS já estava com o terceiro projeto de reparo em curso e outros projetos no pipeline para o exercício seguinte. Em 2022 a Companhia evoluiu na atividade de reparo naval, tendo executado 15 (quinze) projetos, e dando sequência ao plano de diversificação de suas atividades, assinou o primeiro contrato de industrialização de estruturas metálicas. Em 2023, a Companhia executou 21 (vinte e um) projetos de reparo e, em 2024 foram executados 16 (dezesseis) projetos de reparo naval. (*) 1.1. Plano de recuperação judicial - Em 21 de maio de 2021, o Plano de Recuperação Judicial da Companhia foi aprovado pelo sistema de *cram down* (cram down) é um termo utilizado na doutrina americana, sem tradução fiel, segundo a qual possibilita ao juiz impor aos credores discordantes, a aprovação do plano apresentada pelo devedor e já aceito pela maioria), mediante adesão de 100% dos credores das Classes I e IV, e 97,07% dos credores da Classe II, nos termos do art. 58, §1º, da LREF. A aprovação do plano foi homologada em 03 de junho de 2021 pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - Poder Judiciário - 1ª Vara Cível da Comarca de Ipojuca - Processo nº 0000162-07.2020.8.17.2730 requerido pelas Recuperadas Estaleiro Atlântico Sul S.A. - Em Recuperação Judicial. (*) Dando sequência ao plano de recuperação judicial, em 2022, como parte do processo de reestruturação, o EAS alinou, por meio de processo competitivo ocorrido no âmbito do processo de recuperação judicial, uma de suas áreas não operacionais, na forma de unidade produtiva isolada, sinteticamente denominada "UPI-B Cais Sul". Em 29 de dezembro de 2023 foi concretizada a venda e a entrega para a arrematante da unidade produtiva isolada, denominada "UPI-B Cais Sul", sendo cumpridas todas as cláusulas de restrições contratuais obrigatórias ("covenants"). Com a venda o EAS mantém uma área de 1.070.000m² e continuará exercendo as suas atividades normalmente. (*) *Informações e dados não sujeitos aos exames do auditor independente.* 1.2. Estrutura societária - Trata-se de uma sociedade anônima de capital fechado cujos sócios são grupos: Mover Participações e Queiroz Galvão. A Mover Participações é um grande conglomerado empresarial privado brasileiro. Fundado em 1939 com presença e atuação destacada nos setores de cimento, concessão de transportes, engenharia e construção, incorporação imobiliária e indústria naval. Em novembro de 2024 a Mover Participações protocolou o pedido de Recuperação Judicial e o plano apresentado está em processo de avaliação. (*) A Queiroz Galvão foi fundada em 1953 e atua nos segmentos de construção, naval e offshore, desenvolvimento imobiliário, engenharia ambiental e gestão de negócios. (*) (*) *Informações e dados não sujeitos aos exames do auditor independente.* 1.3. Eventos operacionais relevantes - O processo de melhoria contínua da Companhia está baseado em quatro principais pilares: Gestão; utilização de sistema de gestão que permite o acompanhamento das metas estabelecidas e foco em resultados; Processos; implementação de modernos processos de produção otimizados para produção seriada em todas as fases de construção das embarcações; Tecnologia; implementação das principais tecnologias do mundo; Infraestrutura; disponibilidade de parque fabril de última geração. (*) Os resultados apresentados ao longo do tempo repercutiram no aumento da eficiência geral da organização, a melhoria expressiva nos níveis de produtividade, representado pela redução de horas aplicadas e dos ciclos produtivos evoluindo para níveis internacionais de produtividade e a redução de custos. A performance do EAS na execução dos projetos de reparo confirmou as melhores expectativas não somente do EAS, mas também dos armadores, posicionando a Companhia na vanguarda dos estaleiros especializados em manutenção e reparo de embarcações. (*) O EAS é reconhecido pelos clientes como uma das principais opções para reparos navais no Brasil, e a consolidação no mercado é decorrente da realização de serviços com segurança, qualidade, prazo e compromisso com os clientes. (*) Cabe destacar também o aprimoramento contínuo dos níveis de governança da Companhia, por meio do Comitê de Ética e Comitê de Auditoria, além do monitoramento e treinamento contínuo do cumprimento do Código de Ética e do Manual Anticorrupção, propiciando um ambiente de negócio e de trabalho mais sadio, mais seguro e mais eficiente, no qual a transparência permeia as relações com todos os "stakeholders". (*) (*) *Informações e dados não sujeitos aos exames do auditor independente.* 1.4. Continuidade operacional - 1.4.1. Aprovação do Plano de Recuperação Judicial - O Plano foi aprovado pelo sistema de *cram down*, mediante adesão de 100% dos credores das Classes I e IV, e 97,07% dos credores da Classe II, nos termos do art. 58, §1º, da LREF. A aprovação do plano foi homologada em 03 de junho de 2021 pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (Poder Judiciário) 1ª Vara Cível da Comarca de Ipojuca, processo nº 0000162-07.2020.8.17.2730 requerido pela recuperanda Estaleiro Atlântico Sul S.A. e a publicação foi efetuada no dia 08 de junho de 2021. Nos termos da cláusula 1.6.39 do PRJ, o início da vigência do prazo para cumprimento do plano inicia na data da publicação da decisão que homologou o documento, nesse caso, ocorrida no dia 08 de junho de 2021. O Plano de Recuperação Judicial prevê, para o pagamento dos Credores Forma de Pagamento B (aqueles detentores de créditos superiores a R\$ 1 milhão, prazo de carência de 3 (três) anos e prazo de amortização de 15 (quinze) anos, com correção monetária inicial correspondente a 120% do CDI, que foi reduzido para 115% do CDI, conforme a ocorrência de certos eventos. O plano prevê ainda a possibilidade de prorrogar o prazo de amortização mediante deliberação dos Credores Forma de Pagamento B. Esses créditos deverão ser amortizados em parcelas anuais, devidas até 31 de maio de cada ano, de forma proporcional ao saldo devido aos credores na data de pagamento, respeitado cronograma de amortização previsto no plano. O plano prevê ainda hipóteses de amortização extraordinária dos créditos, mediante: i) alienação de Unidades Produtivas Isoladas (UPIs); ii) distribuição monetária excedente de caixa; iii) janelas de oportunidade, por meio das quais, é facultado aos credores o recebimento antecipado dos créditos, mediante contrapartida à contribuição para a redução do endividamento da Companhia. As hipóteses de amortização extraordinária traduzem o compromisso da Companhia de antecipar o quanto possível o pagamento de seus credores. O EAS (Controladora) encerrou o ano com o saldo de caixa no montante de R\$ 71,2 milhões, maior do

Demonstrações dos resultados abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo dos exercícios	(140.188)	(37.091)	(140.188)	(37.091)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente dos exercícios	(140.188)	(37.091)	(140.188)	(37.091)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas				

que havia projetado, em razão de otimização na operação e receitas acima do previsto para o exercício. Em 2024, a Companhia executou 16 (dezesseis) projetos de reparo. Para 2025 constam 13 (treze) propostas de reparo em andamento. Algumas das principais medidas adotadas nos últimos anos estão relacionadas a seguir: a) Em 2020 tivemos a sub-rogação com os acionistas no valor de R\$ 91.616. No período de 2021 foi sub-rogado o montante de R\$ 50.410 em 2022 houve sub-rogação no montante de R\$ 99.810. Em 2023 a sub-rogação foi de R\$ 230.989 e por fim em 2024 o montante de R\$ 142.270 referente ao pagamento de endividamento do EAS pelos acionistas na condição de fiadores. O EAS não tem conhecimento de novos compromissos assumidos, pelos acionistas, com os credores que indiquem novas sub-rogações para os próximos anos; b) Com melhor geração e preservação de caixa no período, a Companhia solicitou aos credores um evento adicional de antecipação de distribuição de excedente de caixa (cash sweep) no montante de R\$ 29 milhões, sendo aprovado por unanimidade pelos credores habilitados. O pagamento foi efetuado em 3 datas (25/05/2022, 28/06/2022 e 21/11/2022), e distribuídos nos termos do PRJ, com prioridade para os credores que aderiram a janela de oportunidade e para os credores extra concursais. c) Como parte do processo de reestruturação, o EAS alienou, por meio de processo competitivo ocorrido no âmbito do processo de recuperação judicial, uma de suas áreas não operacionais, na forma de unidade produtiva isolada, sinteticamente denominada "UPI-B Cais Sul". O imóvel foi alienado por R\$ 455 milhões para a APM Terminals BV, que figurou no processo competitivo na condição de "stalking horse". O processo competitivo foi homologado pelo juízo da recuperação judicial em 17.08.2022 e com o cumprimento das condições precedentes (covenants) a alienação foi concretizada em 29 de dezembro de 2023. Após o reconhecimento contábil da operação, a liquidação financeira da operação ocorreu em 05 de janeiro de 2024 por R\$ 505 milhões (montante atualizado). d) Em 01/2024, a Companhia realizou o pagamento referente amortização extraordinária após a venda da UPI - B Cais Sul no valor de R\$ 505 milhões, aos Credores alocados na Forma de Pagamento B. Também houve em 07/2024 uma antecipação de amortização extraordinária com excedente de caixa, cuja previsão de apuração era para ocorrer em 09/2024, no valor total de R\$ 15 milhões. A seguir o resumo da posição dos credores do EAS em 31 de dezembro de 2024 por classe, conforme Plano de Recuperação Judicial.

	31/12/2024
Classe I	1.787
Classe II	464.568
Classe III	114.709
Classe IV	29.117
Extraconcursal	10.813
Total sem partes relacionadas	620.994
Classe II (partes relacionadas)	845.331
Extraconcursal (partes relacionadas)	5.230
Total partes relacionadas	850.561
Total dos credores	1.471.555

A Companhia vem cumprindo todas as obrigações assumidas no seu Plano de Recuperação Judicial conforme demonstrado nos relatórios mensais do Administrador Judicial e do Agente de Monitoramento e por este motivo, a Administração acredita na continuidade da Companhia por meio das medidas acima. 2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e principais políticas contábeis adotadas - 2.1. Declaração de conformidade - As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 2.2. Principais fontes de julgamento e estimativas - A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço envolvendo risco significativo de causar um ajuste importante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. 2.2.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. 2.2.2. Valor justo de instrumentos financeiros - Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação incluindo o método de Fluxo de Caixa Descontado (FCD). Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. 2.2.3. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis - A Companhia reconhece provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 2.3. Base de elaboração - As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. 2.4. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da Companhia e de sua Controlada. 2.5. Transações e saldos em moeda estrangeira - Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real - R\$) usando-se as taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Este tratamento é dado pelo fato de os adiantamentos serem considerados pré-pagamentos que serão liquidados com a entrega de bens ou serviços e não são restituíveis. Quando da entrega do ativo para o qual o adiantamento foi efetuado a Companhia efetua o registro do imobilizado ou custo incorrido caso seja componente de produção contra a baixa do adiantamento correspondente. 2.6. Apuração dos resultados de reparo naval - Com relação a operação de reparo naval, caso os custos incorridos sejam registrados em mais de um exercício, as receitas são reconhecidas proporcionalmente ao percentual de avanço físico do reparo. O resultado é mensurado na proporção que os custos do contrato são incorridos pelo trabalho executado até a data do balanço proporcionalmente ao custo total estimado. Caso os custos incorridos não reflitam o trabalho executado, eles só são utilizados para determinação da etapa da conclusão física da obra quando se referem a materiais feitos especificamente para um determinado contrato. A margem de lucro atribuída é calculada a partir do resultado da receita total contratada deduzido dos custos e despesas totais orçadas. Quando é provável que o total dos custos dos contratos exceda o total das receitas contratuais a perda prevista é reconhecida imediatamente no resultado. Caso a fase de execução física da obra seja superior ao que seria correspondente aos adiantamentos realizados pelos clientes, a rubrica de contas a receber é apresentada no balanço patrimonial líquido dos respectivos adiantamentos. Caso seja inferior, é apresentado um passivo denominado de adiantamentos de clientes. 2.7. Apuração dos resultados de fabricação de estrutura metálica - Com relação à operação de fabricação de estrutura metálica, os custos incorridos são contabilizados na conta de estoque de material semiacabado e as receitas são reconhecidas somente com a transferência da posse/propriedade do produto em fabricação ao cliente. A margem de lucro atribuída é calculada a partir do resultado da receita total contratada deduzido dos custos e despesas totais orçadas. 2.8. Instrumentos financeiros - Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. 2.8.1. Ativos financeiros - Os ativos financeiros são classificados da seguinte forma: a) Custo Amortizado (CA) - Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao Custo Amortizado (CA): • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros, a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro geram em datas específicas fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. b) Ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) - Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao Custo Amortizado (CA) ou aos critérios de mensurados ao Valor

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais - R\$)					
		Controladora		Consolidado	
	NE	2024	2023	2024	2023
Receita de reparo naval e fabricação	18	163.141	155.651	163.141	155.651
Custos de reparo naval e fabricação	19	(153.311)	(122.821)	(153.311)	(122.821)
Lucro bruto		9.830	32.830	9.830	32.830
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(29.905)	(53.199)	(37.127)	(53.572)
Equivalência patrimonial	10	(2.675)	14.571	-	-
Depreciação e amortização	11	(42.280)	(41.523)	(42.280)	(41.523)
Outras receitas e despesas operacionais	20	56.866	245.395	56.866	245.395
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(8.164)	198.074	(12.711)	183.130
Receita financeira	21	33.796	14.500	38.074	29.102
Despesa financeira	21	(165.618)	(249.708)	(165.618)	(249.709)
Variação cambial líquida	21	(202)	43	67	386
Resultado financeiro		(132.024)	(235.165)	(127.477)	(220.221)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(140.188)	(37.091)	(140.188)	(37.091)
Imposto de renda e contribuição social	17.3	-	-	-	-
Prejuízo dos exercícios		(140.188)	(37.091)	(140.188)	(37.091)
Prejuízo líquido por ação		(0,002)	(0,001)	(0,002)	(0,001)
Quantidade de ações		59.801.706.116	59.801.706.116	59.801.706.116	59.801.706.116
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas					

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023					
(Em milhares de Reais - R\$)					
		Controladora		Consolidado	
	NE	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo dos exercícios		(140.188)	(37.091)	(140.188)	(37.091)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais					
Juros ativos e passivos, líquidos		157.663	236.773	157.663	236.773
Resultado de equivalência patrimonial	10	2.675	(14.571)	-	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis		(40.498)	12.216	(40.498)	12.216
Depreciação	11	41.992	40.278	41.992	40.278
Amortização		287	827	287	827
Reversão de PCLD		(1.101)	(414)	(1.101)	(414)
Reversão de provisão para impairment de imobilizado	11	(47.891)	-	(47.891)	-
Baixa de imobilizado	11	-	278.597	-	278.597
Constituição de provisão para perda com estoque		(141)	9.120	(141)	9.120
		(27.202)	525.735	(29.877)	540.306

>Continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores em milhares de Reais - R\$ exceto quando de outra forma indicado)

nas estimativas contábeis. **2.18. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes** - Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais. **2.19. Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis), utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto, são capitalizados como parte do custo do ativo. Custos subsequentes em itens do imobilizado são capitalizados quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.20. Tributação - 2.20.1. Imposto de renda e contribuição social correntes** - O imposto de renda e a contribuição social corrente do exercício, quando aplicável são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e a qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **2.20.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos** - O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre o prejuízo fiscal acumulado baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos fiscais correntes, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais dedutíveis e utilizados quando há uma expectativa provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. **2.21. Benefícios fiscais** - A Companhia é beneficiária dos seguintes programas fiscais: **2.21.1. PRODINPE - Programa de desenvolvimento da indústria naval e de mecânica pesada associada do Estado de Pernambuco** - Previsto na Lei nº 12.710/04 beneficia a Companhia com isenção, dispensa ou diferimento do ICMS nas aquisições de insumos para o processo produtivo e de reparo de embarcações, bens para o ativo imobilizado industrial, materiais para construção e seus respectivos fretes originários do próprio Estado de Pernambuco ou importados. **2.21.2. Drawback e aquisição de insumos nacionais** - Previsto na Portaria SECEX 23/2011 há o benefício da suspensão de todos os tributos federais (IPI/PIS/COFINS/II) na importação de insumos para o processo produtivo de acordo com o Ato Concessório aprovado antecipadamente. Há também a suspensão do IPI e PIS/COFINS na aquisição de insumos nacionais para industrialização e reparo de navios prevista na Lei nº 11.774/08 e para plataformas prevista na Lei nº 10.865/04 (Exportador Preponderante) e Decreto nº 7.212/10. **2.21.3. Instrução Normativa nº 513/2005 da SRF** - Regime aduaneiro especial de entreposto aduaneiro na aquisição de matérias-primas e insumos para plataformas destinadas à pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural em construção ou conversão no país contratadas por empresas sediadas no exterior permite a aquisição no mercado interno ou externo com a suspensão de todos os tributos federais (IPI/PIS/COFINS/II) de acordo com o Ato Concessório aprovado antecipadamente pela receita federal. **2.21.4. Ex-tarifário** - Na importação de máquinas e equipamentos para o ativo imobilizado há a redução da alíquota do imposto de importação para 2% após a aprovação do ex-tarifário (Portaria ME nº 39 de 24/06/2019). **2.21.5. Receitas auferidas** - Nas receitas apuradas no reparo naval em embarcações registradas no REB e nas receitas apuradas na construção naval em embarcações pré-registradas no REB (Lei 9.432/97) não há incidência de PIS e COFINS em função de serem equiparadas à exportação. **2.21.6. Regime especial de reintegração de valores tributários para as empresas exportadoras (Reintegra)** - O Reintegra é um regime especial tributário que beneficia a pessoa jurídica produtora que efetue exportação de bens manufaturados possibilitando-lhe apurar valor para fins de ressarcir parcial ou integralmente em forma de compensação ou restituição em dinheiro o resíduo tributário federal existente na cadeia de produção. A nova normativa prevê que o benefício do Reintegra poderá ser entre 0,1% e 3% sobre a receita de exportação auferida. **2.21.7. Regime especial de aquisição de bens de capital para Empresas exportadoras (RECAP)** - O RECAP é um regime especial tributário que beneficia a pessoa jurídica com a suspensão do PIS e da COFINS, nas importações ou nas aquisições no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, relacionados em decreto. **2.22. Prejuízo por ação** - O prejuízo por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações da Controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. **2.23. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações - 2.23.1. Pronunciamento contábeis vigentes** - As seguintes alterações dos pronunciamentos contábeis tornam-se obrigatórios para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024: - Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 - R1) - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes; - Alteração da norma IFRS 16 (CPC 06 - R2) - Passivos de arrendamento em uma venda e arrendamento mercantil de retorno; - Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 - R1) - Passivo não circulante com cláusulas restritivas (*covenants*); - Alteração das normas IAS 7 (CPC 03 - R2) e IFRS 7 (CPC 40 - R1) - Acordos de financiamentos de fornecedores. As emissões/alterações de normas *International Accounting Standards Board* ("IFRS") efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **2.23.2. Pronunciamentos contábeis emitidos e não efetivos** - O IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da adoção destas normas: **• Alterações nas Normas Contábeis IFRS** - Alteração da norma IAS 21 (CPC 02) - Falta de conversibilidade. Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda. **Data de aplicação obrigatória** - Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. Aplicação antecipada permitida. **• Alterações nas Normas Contábeis IFRS** - Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 (CPC 48) - Alteração na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. **Data de aplicação obrigatória** - Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida. **• Alterações nas Normas Contábeis IFRS** - Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS. Efetua alterações nas normas IFRS 7 (CPC 37 - R1), abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7 (CPC 48), abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9 (CPC 48), abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10 (CPC 36 - R3), abordando a determinação do "de facto agent" e IAS 7 (CPC 03 - R2), abordando aspectos relacionados ao método de custo. **Data de aplicação obrigatória** - Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida. **• Alterações nas Normas Contábeis IFRS** - Emissão da norma IFRS 18 (CPC 26 - R1) - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, além das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs). **Data de aplicação obrigatória** - Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida. **• Alterações nas Normas Contábeis IFRS** - Emissão da norma IFRS 19 (CPC 45) - Controladas sem obrigação legal de divulgação. Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma. **Data de aplicação obrigatória** - Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Caixa e bancos	67	306
Títulos de renda fixa (a)	71.165	72.806
Total	71.232	73.112

(a) Refere-se a títulos de renda fixa cujas taxas de remuneração variaram de 88,40% a 102,90% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações têm compromisso de recompra e podem ser resgatadas a qualquer momento estando sujeitas a risco insignificante de mudança no valor.

4. Contas a receber e adiantamentos de clientes

	2024	2023
Saldo de contas a receber	993.738	993.738
Saldo de adiantamentos de clientes	1.258	6.615
Divisão Fabricação	72	1.258
Reparo Plataformas	497	1.365
Outros (a)	569	508.381
Total Controladora	996.361	1.026.344
Divisão Plataformas	(993.738)	(993.738)
Total Consolidado	569	508.381

(a) Em 29 de dezembro de 2023 foi concretizada a venda da unidade produtiva isolada ("Cais Sul") pelo montante de R\$ 455.000, onde foram cumpridas todas as cláusulas de restrições contratuais obrigatórias ("covenants"). Após o reconhecimento contábil da operação, a liquidação financeira da operação ocorreu em 05 de janeiro de 2024. As contas a receber são reconhecidas com base no custo somado da margem prevista nos contratos de venda acordados com os clientes. Quando há indicativo de deterioração da margem os cálculos da apuração do resultado naval são revisados e provisões para contratos onerosos são constituídas com base na estimativa de custos a incorrer até a entrega dos projetos.

5. Estoques

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Matérias-primas	9.465	13.208
Materiais de manutenção	4.735	3.623
Materiais de consumo	3.103	2.449
Materiais semiacabados	-	32.216
Total	17.303	51.496

O custo dos estoques baseia-se no custo médio ponderado, e os estoques incluem todos os gastos relativos a transporte, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos no seu traslado até as suas localizações e condições existentes. No caso de materiais semiacabados, além dos custos dos materiais diretos e mão de obra, os estoques incluem os gastos gerais de fabricação. Os estoques são apresentados pelo valor líquido de provisões de perdas no montante de R\$ 8.979 (R\$ 9.119 em 31 de dezembro de 2023).

6. Tributos a recuperar - A Companhia reconhece o crédito tributário no momento em que julga dispor de elementos jurídicos e técnicos que permitam o reconhecimento do direito e a mensuração confiável do valor a ser compensado ou restituído. Os saldos dos tributos a recuperar estão apresentados da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Circulante		
PIS a recuperar	86	226
COFINS a recuperar	-	993
IRRF aplicação financeira	1.302	1.183
CSLL s/fluatamento (a)	1.159	1.547
INSS a recuperar (b)	6.087	6.087
Outros	540	6.589
Total	9.174	10.538
Não circulante		
PIS a compensar	5.631	5.631
COFINS a compensar	1.378	24.753
Reintegra (c)	61.649	61.649
Total	68.658	92.033

(a) A Companhia reconhece o crédito de CSLL na emissão da nota fiscal de serviço de reparo que será retida pelos clientes; (b) A Companhia tem valores de créditos oriundos de processos referente ao INSS; (c) A Companhia atendeu aos requisitos para obter o ressarcimento do Reintegra relativo aos projetos relacionados à exportação representados pela construção dos cascos dos navios 001 (João Cândido), 002 (Zumbi dos Palmares), 005 (André Rebouças), 009 (Milton Santos), 010 (Abdias Nascimento), 011 (Castro Alves), 012 (Carlos Drummond), 013 (Olavo Bilac) e 015 (Portinari) que atingiram o índice de conteúdo nacional definidos no regime e finalizados dentro do prazo de vigência do benefício. Vide prática contábil 2.21.6. No exercício de 2024, foram recebidos montantes totalizando R\$ 57.448, sendo R\$ 28.997 correspondentes ao principal e R\$ 28.451 referentes à atualização monetária. Em comparação, no exercício de 2023, os valores recebidos totalizaram R\$ 29.001, sendo R\$ 21.473 correspondentes ao principal e R\$ 7.528 referentes a atualização monetária. Os valores contabilizados referem-se exclusivamente aos montantes principais dos créditos, sem considerar a atualização monetária. O montante de tributo a recuperar, registrado no ativo não circulante, apresenta a seguinte expectativa de realização:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Ano de vencimento		
2026	5.630	29.005
2027	1.378	1.378
2028	20.438	20.438
2029	41.212	41.212
Total	68.658	92.033

7. Aplicações financeiras restritas

	Controladora e consolidado	
	2024	2023
Fundo Garantidor da Construção Naval (a)	60	68
Banco do Brasil - Garantia Contratual BB (b)	2.882	2.513
Banco Bradesco - Garantia Execução Fiscal (c)	-	3.358
Banco Bradesco - Aplicação em Garantia (d)	-	1.178
Outros	-	395
Total	2.942	7.512

(a) Referem-se ao saldo das quotas do Fundo Garantidor da Construção Naval (FGCN); (b) Refere-se a cláusula contratual no período de amortização da dívida do financiamento contratado junto ao Banco do Brasil para construção das instalações da Companhia que corresponde no mínimo a 06 meses do serviço da dívida do contrato incluindo pagamento do principal e juros; (c) Refere-se à Carta de Fiança para garantia de execução por cobrança indevida de débitos de IRPJ, IRRF e CSRF, a fim de expedição da Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa. Em 2024, após o trânsito em julgado da ação, em favor do EAS, foi realizada a baixa da Carta de Fiança; (d) Refere-se aplicação dada em garantia ao seguro de adiantamento do contrato de fabricação de bobina metálica. Em 2024, com o encerramento do contrato, foi realizada a baixa da garantia.

8. Outros créditos

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Circulante		
Outros	34	224
Total	34	224
Não circulante		
Depósitos judiciais	10.602	7.933
Caução contratual	212	212
Total	10.814	7.933

9. Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente e diferido - Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 4.404.425 (R\$ 4.189.288 em 31 de dezembro de 2023) controladora e consolidado para os quais não foi reconhecido saldo de imposto diferido ativo em função da perspectiva de lucro tributável futuro.

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
(Prejuízos) fiscais de IRPJ e CSLL acum.	(4.189.288)	(4.143.905)
Demais diferenças temporárias	(215.137)	(45.383)
Total de prejuízos fiscais acum.	(4.404.425)	(4.189.288)
Alíquotas de IRPJ e CSLL combinadas	34%	34%
Total de IRPJ e CSLL diferidas "não contabilizadas"	1.497.504	1.424.357

10. Investimentos em empresas controladas

	EAS Inc.	
	2024	2023
Participação de 100%		
Total do ativo	1.012.182	1.010.675
Total do passivo	28.145	23.963
Patrimônio líquido	984.037	986.712
Lucro ou (Prejuízo) do exercício	(2.675)	14.571

A Companhia definiu em 2018 pela alteração da moeda funcional do EAS INC Development de dólares para Reais (R\$). A mudança foi motivada pelos seguintes aspectos conforme estabelecido no CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. O principal ambiente econômico é atualmente determinado em Reais (R\$). A partir de janeiro de 2018 o EAS Inc. deixou de possuir estrutura operacional própria e autonomia nas decisões devido a mudança no cenário operacional da Controlada. Em 31 de dezembro de 2024 a Controlada não possuía atividade operacional relevante sendo seus ativos líquidos constituídos por adiantamentos à Controladora (Nota Explicativa nº 13) e determinados passivos com fornecedores. A movimentação dos investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais é como segue:

	Investimento	
	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	972.141	14.571
Saldo em 31 de dezembro de 2023	986.712	(2.675)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.675)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	984.037	-

11. Imobilizado líquido

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Taxas médias de depreciação		
Custo		
Terrenos	38.735	38.735
Edificações	1.572.507	(328.137)
Benefetórias	1.124	(608)
Máquinas e equipamentos	526.394	(286.325)
Móveis e utensílios	9.437	(9.053)
Ferramentas	32.615	(32.543)
Instalações	62.053	(58.794)
Direito de Uso	4.919	(2.459)
Veículos	3.560	(3.560)
Equipamentos de informática	15.192	(14.859)
Obras em andamento	-	-
Provisão para valor recuperável de ativos (impairment)	(136.109)	(136.109)
Total controladora e consolidado	2.130.427	1.394.089

A Administração da Companhia de acordo com o previsto no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, contratou uma empresa especializada, a qual procedeu avaliação dos principais ativos operacionais da Companhia considerando o valor dos bens tomados em conjunto, líquidos de despesas de alienação denominadas nas seguintes rubricas: terrenos, edificações e máquinas e equipamentos. A Administração considera como unidade geradora de caixa a sua planta industrial localizada em Suape/PE. Não houve mudança no agregado de ativos utilizados para identificar a unidade geradora de caixa em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Com base na avaliação da empresa especializada, Mynarski International Valuation, que emitiu o laudo de avaliação com data base de 31 de dezembro de 2024, considerando o valor justo de liquidação do ativo de R\$ 2.231.466 (R\$ 1.932.331 em 31 de dezembro de 2023), A Administração do EAS para fins de análise de impairment do ativo, considera o valor indicado no laudo de avaliação e uma liquidação forçada do ativo em 03 anos. Neste contexto, os bens avaliados totalizaram em R\$ 1.405.244 (R\$ 1.401.568 em 2023), montante ainda superior aos registros contábeis. A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir. Em virtude dos contratos de financiamentos realizados, quase a totalidade dos bens do ativo imobilizado estão dados em garantia dos referidos empréstimos.

	Saldos em 2022	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 2023	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 2024
Terrenos	38.735	-	-	-	38.735	-	-	-	38.735
Edificações	1.569.503	-	-	37	1.569.540	-	2.967	1.572.507	1.572.507
Benefetórias	1.124	-	-	-	1.124	-	-	-	1.124
Máquinas e equip.	523.643	1.604	(697)	191	524.741	-	(148)	1.801	526.394
Móveis e utensílios	9.095	102	(4)	111	9.304	-	-	133	9.437
Ferramentas	32.532	82	-	1	32.615	-	-	-	32.615
Instalações	61.763	-	-	-	61.763	-	290	62.053	62.053
Direito de uso (a)	-	-	-	-	-	4.919	-	-	4.919
Veículos	3.560	-	-	-	3.560	-	-	-	3.560
Equip. de informática	14.965	-	-	15	14.980	-	212	15.192	15.192
Equip. de informática	-	569	(455)	-	114	719	(833)	-	-
Obras em andamento	-	140	-	136	276	-	-	(276)	-
Móveis e utens. And.	-	194	(68)	(126)	-	2.749	-	(2.749)	-
Máq. e equip. And.	-	327	-	(327)	-	1.840	(39)	(1.801)	-
Ferramenta And.	-	2	(1)	(1)	-	-	-	-	-
Instalação And.	-	37	-	(37)	-	365	-	(365)	-
Equip. de infom. And.	-	-	-	-	-	228	(16)	(212)	-
Total	2.254.920	3.057	(1.225)	-	2.256.752	10.820	(1.036)	-	2.266.536

Depreciação

	Saldos em 2022	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 2023	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 2024
Edificações	(287.186)	(20.404)	-	-	(307.590)	(20.547)	-	-	(328.137)
Benefetórias	(538)	(35)	-	-	(573)	(35)	-	-	(608)
Máquinas e equip.	(250.282)	(18.548)	398	-	(268.431)	(18.002)	108	-	(286.325)
Móveis e utensílios	(8.799)	(186)	4	-	(8.980)	(73)	-	-	(9.053)
Ferramentas	(32.009)	(475)	-	-	(32.484)	(59)	-	-	(32.543)
Instalações	(57.124)	(882)	-	-	(58.006)	(788)	-	-	(58.794)
Direito de uso (a)	-	-	-	-	-	(2.459)	-	-	(2.459)
Veículos	(3.558)	(1)	-	-	(3.559)	(1)	-	-	(3.560)
Equip. de informática	(14.681)	(150)	-	-	(14.831)	(28)	-	-	(14.859)
Total	(654.177)	(40.680)	403	-	(694.454)	(41.992)	108	-	(736.338)

Saldos em 2022

	Saldos em 2022	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 2023	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 2024
Provisão para valor recuperável de ativos (impairment) (b)	(184.000)	-	-	-	(184.000)	-	47.891	(136.109)	(136.109)

Saldos líquidos - Controladora e consolidado

	2024	2023
(a) A Companhia arrendou por 2 anos o cais denominado "UPI-B Cais Sul" da empresa arrematante da unidade produtiva isolada por meio de processo competitivo ocorrido no âmbito do processo de recuperação judicial. (b) As demonstrações contábeis, consideram o montante de R\$ (184.000) registrados como provisão para perda ao valor recuperável, cujo saldo foi constituído no exercício de 2019, foi reduzido em 2024 para R\$ (136.109) em decorrência das análises realizadas a partir do laudo de avaliação de impairment citado nos parágrafos acima.	1.416.743	(37.623)

12. Partes relacionadas

	Partes relacionadas (a)	Fornecedores (b)	Adiantamentos de clientes (c)	Sub-rogação (d)
Controlada				
EAS International (EAS Inc.)	18.811	11.104	993.738	-
Acionistas				
Grupo Mover	-	-	-	518.075
Grupo Mover - Extraconcursal	-	-	-	4.505
Queiroz Galvão	-	-	-	327.255
Queiroz Galvão - Extraconcursal	-	-	-	726
Total Controladora e Consolidado em 31 de dezembro de 2024	18.811	11.104	993.738	850.561
Total Controladora e Consolidado em 31 de dezembro de 2023	18.811	11.104	993.738	626.463

(a) Refere-se a contas a receber do EAS Inc.; (b) Refere-se a venda de materiais e equipamentos da controlada EAS Inc. para o EAS; (c) Refere-se a adiantamentos por conta dos contratos de construção das plataformas de perfuração para a Controlada EAS Inc.; (d) Refere-se à sub-rogação entre o EAS e o Grupo Mover e entre o EAS e o Grupo Queiroz Galvão, referente ao pagamento de parcelas devidas pela Companhia ao BNDES pelas referidas empresas na condição de garantidores. **Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia** - A remuneração total paga aos Administradores em 2024 totalizou R\$ 3.927 (em 2023 R\$ 3.259). A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios não atrelados a vigência do contrato de trabalho.

13. Fornecedores

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Serviços contratados	76.657	101.211
Matéria-prima	11.793	10.303
Outros	-	58
Total	88.450	111.572
Circulante	7.193	15.190
Não circulante	81.257	96.382

Conforme PRJ aprovado, que prevê a repactuação das dívidas, os credores classificados como forma de pagamento B e com valores superiores a R\$ 1.000.000 (um milhão), terão atualização monetária de 120% do CDI, podendo ser reduzido para 115% (após amortizar R\$ 350 milhões). Em 2023 foi amortizado valores superiores aos R\$ 350 milhões, respeitando o PRJ aprovado os juros contratuais das dívidas para o ano de 2024 em diante será de 115% do CDI. Para os demais credores listados, os seus pagamentos serão efetuados seguindo as demais formas de pagamento.

14. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	Vencto.	Controladora e Consolidado	
			2024	2023
BNDES	115% CDI	jun/2038	296.729	739.938
BNDES - Extra Concursal (*)	115% CDI	jun/2038	-	24.797
Banco do Brasil	115% CDI			

<

Publicidade Legal - 17 de abril de 2025 - ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S A E CONTROLADAS - Balanço pdf

Código do documento 1b0774e0-c4fd-48d5-b61a-82f2e8cce13d



Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

16 Apr 2025, 19:36:33

Documento 1b0774e0-c4fd-48d5-b61a-82f2e8cce13d **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2025-04-16T19:36:33-03:00

16 Apr 2025, 19:36:53

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2025-04-16T19:36:53-03:00

16 Apr 2025, 19:37:10

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 179.144.32.49 (179-144-32-49.user.vivozap.com.br porta: 52806). Dados do Certificado: CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100, OU=AC SyngularID Multipla, OU=45616309000149, OU=Videoconferencia, OU=Certificado Digital PJ A1, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE_ATOM: 2025-04-16T19:37:10-03:00

Hash do documento original

(SHA256):777bc5e2ce309c9e8b711a23e58e9ea3a9e6781f4ffa793bff3ba76ffe83afa0

(SHA512):838e42a2700b1ae113eede58d9ba14a5f43f98ffe69110f8c439c36c62273e635822ff0268497e367cdadd43127c1395095344b8ee6c8db22f5b5a68f85f4f8b

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.